

Transferência de renda e desigualdade regional: tendências, desafios e dilemas no campo das políticas sociais*

Jennifer Perroni^A
André Brandão^B
Salette da Dalt^C

Resumo

A concepção de que se observa, entre as macrorregiões brasileiras, um abismo socioeconômico não é um campo de estudo recente. Recentemente, a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), ao incorporar o conceito de territorialidade, teve o mérito de reconhecer as diferentes dinâmicas observadas no território nacional. Nesse sentido, compreender em que medida as desigualdades influenciam tais ações é de fundamental importância para a formulação e implementação de políticas sociais. O presente trabalho tem como proposta refletir acerca do impacto diferenciado que um programa federal de assistência social apresenta nas regiões do país, em especial o Programa Bolsa Família. O trabalho nasce justamente do reconhecimento de que desigualdades historicamente consolidadas no território atravessam os programas e ações governamentais, repercutindo diretamente nos resultados que tais ações alcançam.

Palavras-chave: Transferência de renda. Desigualdade regional, Programa Bolsa Família.

INTRODUÇÃO

Pobreza e desigualdade são manifestações sociais recorrentes na história da humanidade e, embora possam ocorrer de forma associada, não devem ser compreendidas como um fenômeno único. Em

Abstract

The conception that there is a huge social-economic gap among the Brazilian macroregions, is not a new field of study. Recently the National Social Welfare Work Policy (Brazil, 2004) by incorporating the concept of territoriality had the merit of acknowledging the different dynamics seen in the national territory. To that effect, understanding how the differences influence such actions is most important for the formulation and implementation of social policies. This paper is intended to review the differentiated impact that a Federal program of welfare social work presents on the country's regions, especially the Brazilian Program "Bolsa Família". The paper is developed exactly from the acknowledgment that historically consolidated inequalities cross the programs and governmental actions, echoing directly on the results that such actions reach.

Keywords: Transfer of income. Regional inequalities. Brazilian Bolsa Família Program.

texto já clássico, Barros, Henriques e Mendonça (2002), ao estudarem os índices socioeconômicos de diversos países, demonstraram que, mesmo em localidades que apresentam um elevado índice de pobreza, a desigualdade não necessariamente se encontra no mesmo patamar. Entretanto, a observação dos índices brasileiros revela uma realidade diferenciada. Segundo os autores, ainda que o Produto Interno Bruto (PIB) não classifique o Brasil como um país pobre¹, o alto índice de pobreza

* O presente trabalho corresponde a um aprofundamento da discussão realizada na dissertação de mestrado intitulada *Desigualdades Regionais e Programas de Transferência de Renda: Uma Análise do Programa Bolsa Família*, apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense em agosto de 2009.

^A Mestre em Política Social e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), jenniferperroni@politicassocial.uff.br

^B Doutor em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professor adjunto e vice-coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); diretor adjunto do Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas (DataUFF), andrebrandao@vm.uff.br

^C Doutoranda e mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); coordenadora do Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas (DataUFF), salete@datauff.uff.br

¹ Vale lembrar que, de acordo com dados fornecidos pela CIA World Factbook, o PIB brasileiro se encontra entre os dez maiores para o ano de 2008, informação essa que está em consonância com a apresentada pelo Banco Mundial para o ano de 2008. Para maiores informações, verificar *October 2008: Nominal GDP list of countries (Data for the year 2007)*. Página visitada em 12/04/2009. *Gross domestic product (pdf) (Data for the year 2007)*. Página visitada em 12/04/2009. *Field listing - GDP (official exchange rate)*. Página visitada em 12/04/2009.

o coloca como um dos países mais desiguais do mundo. Essa configuração desigual tão marcante no Brasil deve ser compreendida como consequência de um modelo de desenvolvimento econômico que foi sistematicamente pautado na exclusão de diversos segmentos populacionais. É necessário reconhecer que o fenômeno da exclusão não se aplica unicamente a indivíduos ou segmentos populacionais, mas também se traduz e se expressa territorialmente. Como aponta Rocha (1998), o fenômeno da desigualdade no Brasil se divide em duas temáticas: a primeira diz respeito à desigualdade que observamos entre os indivíduos – mensurada basicamente através da renda per capita. A segunda consiste justamente no reconhecimento de uma histórica desigualdade regional.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ao incorporar o conceito de vulnerabilidade e a perspectiva socioterritorial, propõe-se, de fato, a “[...] reconhecer a dinâmica demográfica e socioeconômica associada ao processo de exclusão/inclusão social, vulnerabilidades aos riscos pessoais e sociais em curso no Brasil em seus diferentes territórios” (BRASIL, 2004). Quando se volta a atenção para o Programa Bolsa Família, é possível notar que, desde sua criação, no ano de 2003, foi privilegiada a Região Nordeste, que nesse momento inicial correspondia a 51% do total de beneficiários – junto com a Região Norte, ambas representavam 58,55% do total de famílias beneficiárias no país (BRASIL, 2007). Uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Federal Fluminense (DataUFF) revelou que o impacto resultante da implementação do programa apresenta variações quando observado regionalmente.

Dividido em três partes, o presente artigo constitui um esforço para analisar como as diferenças regionais se manifestam nos impactos de um programa de transferência de renda – especificamente, o Bolsa Família. Assim, na primeira parte, analisa-se, ainda que brevemente, a consolidação da desigualdade entre as macrorregiões brasileiras. Já a segunda parte tem por objetivo discorrer sobre os programas de transferência de renda no Brasil. Na terceira parte do artigo, lançam-se algumas reflexões sobre o perfil dos beneficiários do

Bolsa Família e o impacto do programa. Tais análises terão como pano de fundo o resultado de uma pesquisa de âmbito nacional realizada no ano de 2006 e foram feitas de forma que possibilitem uma comparação entre os índices observados por região brasileira.

DIFERENÇAS REGIONAIS E DESIGUALDADES SOCIAIS: UMA LEITURA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Antes de se discutir a consolidação da desigualdade no território brasileiro e seus possíveis impactos na política de assistência, é fundamental que se tenha a clara definição do que se entende como desigualdade. Primeiramente, é preciso destacar que a desigualdade é um conceito complexo por se debruçar sobre um fenômeno que, na verdade, é relacional. Nesse sentido, ela não pode ser definida como existindo a priori, mas apenas como resultado de interações sociais. Como bem aponta Reis (2004), pensar a desigualdade implica, em alguma medida, estar invariavelmente voltando para algum conceito de justiça. Se tomarmos a definição de Santos (1989), para quem a justiça social é a razão entre os benefícios/sacrifícios definida para os indivíduos em cada sociedade, então é possível considerar a desigualdade como um desnível observado nessa alocação. Nesse sentido, enquanto alguns indivíduos gozam benefícios sociais, outros são condenados a suportar maiores parcelas de sacrifícios.

Justamente por ocorrer no âmbito das relações sociais, pode-se entender que as desigualdades se cristalizam nas práticas e representações, de tal forma que passam a ser estruturantes. É o que aponta o trabalho realizado por Charles Tilly (2000), que constata a existência do que denomina como “desigualdades persistentes”, ou seja, aquelas que atingem sistematicamente um dado grupo ou segmento populacional. A sociologia de Pierre Bourdieu aponta nesta mesma direção ao tornar evidente a violência simbólica que permeia diferentes relações e que, por se encontrar profundamente condensada na subjetividade tanto dos que a cometem como dos que dela sofrem, tende a ser perpetuar a cada geração.

Não são poucos os trabalhos que hoje se dedicam a estudar a temática da desigualdade em suas mais diferentes formas de expressão. A questão de gênero, que impõe papéis sociais aos indivíduos com toda a força de uma violência naturalizada, e a questão etnoracial, vergonhosa dívida que ainda atinge consideráveis segmentos populacionais, são clássicos exemplos de desigualdades historicamente consolidadas. Segundo Santos e Silveira (2006), os espaços territoriais representam atores privilegiados na dinâmica social, e não apenas incorporam hierarquias, como também produzem e reproduzem uma ordem que se encontra profundamente firmada entre suas fronteiras.

O Brasil é um país que possui proporções continentais, seja no que tange ao território, seja na produção agrícola ou mesmo no total de riquezas geradas no país. No entanto, para além deste cenário, observam-se também níveis de pobreza que revelam as profundas contradições presentes em nosso território. Essa configuração reafirma um dos traços mais marcantes de nossa sociedade: quer pelo modelo de desenvolvimento econômico historicamente adotado, quer simplesmente pela grande vastidão territorial, hoje se observa que o Brasil é um gigante tanto em território quanto em desigualdades. Essas desigualdades se encontram inscritas em sua população, delimitadas em suas fronteiras, traduzidas geograficamente e apresentam repercussões nos mais diferentes níveis da vida social. Assim, se vê que o país conseguiu atravessar a história mantendo sua unidade territorial, mas é necessário reconhecer a extrema heterogeneidade que compõe o território nacional. As desigualdades atravessam nossa cultura. Encontramos, portanto, um espaço marcado por invisíveis muros que consolidam diferenças históricas e resultam em níveis distintos de qualidade de vida e de oportunidades para a população vivente em cada local.

Este estudo se volta especificamente para a desigualdade regional observada em território brasileiro. Embora este não seja um fenômeno exclusivo do Brasil (VIANA, 1967), é preciso reconhecer que, em um país onde o nível de desigualdade social

atinge patamares inaceitáveis (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002), a discrepância socioeconômica observada entre suas macrorregiões assume caráter igualmente alarmante.

Neste estudo, pretende-se percorrer, ainda que de forma sucinta, a consolidação de um desnível econômico observado entre as macrorregiões brasileiras. Importante salientar que o intento não é o de indicar os determinantes históricos dessa desigualdade, como se fosse possível reduzir a história a uma mera sequência inequívoca de acontecimentos. Pretende-se sim acompanhar a trajetória econômico-social de um país que chega ao século XXI tendo seu território marcado por profundas diferenciações. Outra observação necessária se refere ao fato de que o reconhecimento de tais desigualdades entre as regiões não significa que se desconsidera que a complexidade do território brasileiro também se encontra expressa em seus microterritórios. Nesse sentido, entende-se que as regiões congregam territórios que se diferenciam na relação campo/cidade, centro/periferia, não representando, portanto, espaços homogêneos. No entanto, para o escopo desta análise, volta-se unicamente para o estudo das diferenciações macrorregionais.

DESIGUALDADE REGIONAL NO BRASIL: CONSOLIDAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

Segundo Santos (1979), um traço marcante em países que estiveram sob o regime colonial consiste no fato de que seus territórios se organizaram de forma a atender aos interesses de uma economia distante. De fato, quando se toma como exemplo a sociedade brasileira, se vê o quão verdadeira essa afirmativa se apresenta. O processo de ocupação e a posterior colonização do território brasileiro deixaram profundas marcas que ainda se fazem presentes em nossa sociedade, definindo fronteiras até hoje não superadas. Para entender essa configuração, é imprescindível ter em mente um fator que por si só já definiu os contornos de nossa história: o

Brasil foi, por mais de 300 anos, uma colônia de exploração, e mesmo a independência não significou o rompimento com esse modelo econômico.

O escravismo, que condenou um imenso contingente populacional a permanecer à margem de qualquer possibilidade de reconhecimento de direitos, e a imensa concentração de terras nas mãos de uma minoria, através do latifúndio, são as bases sociais sobre as quais se forma um território fragmentado, voltado

para os interesses internacionais e sem nenhuma preocupação com a formação de uma unidade territorial. O espaço brasileiro, dentro desse contexto inicial, correspondia ao que Santos e Silveira (2006) define como um arquipélago, onde era possível apontar pontos e manchas voltados para atividades específicas. Não havia, portanto, integração entre esses territórios, que se voltavam quase que exclusivamente para atender aos interesses e demandas do mercado externo. Assim, o desempenho de determinada área estava relacionado às flutuações que seus produtos apresentavam no mercado (ARAÚJO, 2005). Diversos autores coincidem ao afirmar que não é possível apontar, nesse momento, a existência daquilo que poderia se identificar como uma questão regional. Ou seja, apesar das diferenciações observadas quanto ao tipo de atividade, não se verificavam desigualdades entre as diversas áreas.

No entanto, parece haver um consenso de que essa situação de transformou com a emergência da modernidade. Souza, ao estudar esse processo, considera que a "[...] modernização instaura uma dualidade marcada precisamente pelo impacto diferencial, nas diversas regiões, do influxo modernizante" (SOUZA; SILVEIRA, 2006, p. 145). Assim, enquanto outros países caminhavam em direção a um modelo político regido por princípios liberais, o Brasil vislumbrava o início de uma tardia modernização. A quebra do pacto colonial tem um duplo efeito na economia brasileira. Se, por um lado, permitiu a instalação das primeiras manufaturas, por outro, ao possibilitar a presença de mercadorias concorrentes de outros países, criou também os principais

obstáculos à sua própria expansão. Ainda assim, a despeito de todos os obstáculos, é possível apontar a formação de alguns núcleos manufatureiros em locais como Recife e Salvador (dedicados à produção têxtil), e em Porto Alegre (voltados para o preparo de charutos, conservas e curtume), embora esse processo seja observado com maior intensidade no Rio de Janeiro (MENDONÇA, 1995).

Santos e Silveira (2006), ao dividir a dinâmica territorial brasileira em três momentos,

possibilitam uma maior compreensão desse processo. No primeiro momento, o território se assemelharia a um arquipélago formado por zonas econômicas que se especializam e com produções mecanizadas. O segundo momento corresponderia à mecanização da circulação e emergência de uma indústria. Assim, somente a partir do momento em que passa a existir uma extensão ferroviária e rodoviária, é possível pensar que esse arquipélago se conecta. Porém, mais importante é reconhecer que justamente esse processo "[...] revela a heterogeneidade do espaço nacional e de certo modo a agrava, já que as disparidades regionais tendem, assim, a se tornar estruturais" (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 31). Cabe destacar a importância que a industrialização exerce não apenas no processo de modernização da economia brasileira, mas também por caminhar *pari passu* com a emergência de uma desigualdade regional.

É importante salientar que o processo de modernização, embora determinante na consolidação da desigualdade, não deve ser apontado como catalisador de um fenômeno que o perpassa. Na verdade, esse processo, ao se consolidar de maneira diferenciada no território, transforma a lógica até então observada, desencadeia a transferência do eixo econômico do meio rural para o urbano e, ainda mais especificamente, "[...] a dependência de certas áreas não mais ao mercado externo, mas em relação a outras áreas" (SANTOS, 1979, p. 231). Assim, o processo de modernização, ao integrar áreas que até então permaneciam voltadas unicamente para o mercado externo, torna evidentes desigualdades que antes não eram percebidas e,

Assim, enquanto outros países caminhavam em direção a um modelo político regido por princípios liberais, o Brasil vislumbrava o início de uma tardia modernização

a partir de um processo de hierarquização entre essas áreas, inaugura aquilo que Santos (1979) denominou de "colonização interna", na qual uma região não se encontrava mais subordinada aos interesses internacionais, mas passava a depender de outra região. Dessa forma, passaram a existir "[...] territórios que mandam e territórios que obedecem" (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Souza (2006) e Santos e Silveira (2006) concordam ao apontar que áreas onde o latifúndio e o escravismo estavam mais fortemente enraizados na cultura e na economia local se mostraram mais resistentes à modernização. Isso "[...] ajudava manter na pobreza milhões de pessoas e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso a introdução de inovações materiais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento" (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 275). Justamente por não ocorrer de forma homogênea, o processo de modernização transformou a lógica que até então imperava no território brasileiro.

Antes do aprofundamento na questão das diferenciações regionais, é interessante compreender a especificidade da modernidade brasileira, e, para tal, os estudos de Souza (2004, 2006) são fundamentais. Primeiramente, a própria emergência de uma classe burguesa no Brasil deve ser percebida como distinta do que se observou em países de economia central. Assim, nesses países, a ascensão da burguesia – como a primeira classe dirigente que trabalha – e as posteriores conquistas de direitos civis, políticos e sociais (segundo o modelo proposto por Marshall) trazem como consequência certo grau de reconhecimento social, de tal forma que, nas palavras de Souza (2006, p. 166), "[...] é essa 'dignidade' efetivamente compartilhada por classes que lograram homogeneizar a economia emocional de todos os seus membros numa medida significativa, que me parece ser o fundamento profundo do reconhecimento social infra e ultrajurídico". De tal forma que, para o autor, nessas sociedades, todos os indivíduos são reconhecidos como membros socialmente úteis, ainda que desiguais

entre si. Já em sociedades periféricas, e analisando especialmente o contexto brasileiro, esse processo ocorre de maneira diferenciada, e a classe burguesa corresponde a um "[...] produto econômico que, desde o começo, se constitui como resposta a estímulos econômicos concretos sem que ocorra, pelo menos a curto e médio prazo, uma abstração dessa circunstância a um contexto social maior" (SOUZA, 2006, p. 131).

Como bem apontou Mendonça (1995), a emergência de uma burguesia industrial brasileira ocorre no âmbito da sociedade cafeeira. Aqui, portanto, não há um rompimento com a elite ou mesmo com os interesses anteriores. Trata-se de uma mesma parcela da sociedade, ainda que com uma nova roupagem. Essa informação é importante se pensarmos que o processo de industrialização se faz sentir mais favoravelmente na Região Sudeste (ANDRADE, 1976), onde a sociedade cafeeira era mais forte.

No entanto, o que não está presente na análise de Mendonça e que parece ser fundamental para nossos estudos diz respeito às atividades manufatureiras presentes nas demais regiões em período anterior ao da modernização e que não lograram se desenvolver após a indústria. Obviamente que as condições favoráveis ao desenvolvimento de uma atividade industrial estavam presentes da Região Sudeste, mas isso não justifica a estagnação e mesmo o retrocesso observado nas outras áreas. Novamente é importante ressaltar que manufaturas localizadas em Recife e em Porto Alegre surgiram e se desenvolveram em um momento em que a política de incentivos fiscais se mostrava contrária ao seu desenvolvimento² e, no entanto, não foram capazes de sobreviver à concorrência da Região Sudeste. Para entender esse processo, é importante ter em mente que, embora a indústria nasça dependente da economia cafeeira, é fato que seu desenvolvimento contínuo imbicaria, em algum momento, em uma emancipação e mesmo oposição

² Cabe destacar a política pombalina observada nesse período, que, embora tenha revogado a lei que proibia manufaturas na colônia, ao garantir incentivos fiscais a produtos ingleses, criou o maior obstáculo ao desenvolvimento dessa atividade.

entre essas duas atividades. De tal forma que a região do café aos poucos vai se transformando na região da indústria, e, mais ainda, essa passagem representa também a “[...] imposição do capitalismo industrial que forçava a economia agroexportadora a redefinir sua forma de produção” (OLIVEIRA, 1981, p. 84).

A década de 1930, dentro desse contexto, consolida essa mudança. Assume o poder, então, uma elite desvinculada do capital cafeeiro e que consegue romper, em grande medida, com o pacto oligárquico que imperava no cenário político brasileiro desde a Proclamação da República. Segundo Cruz (2006), é interessante perceber que as ações governamentais foram então impulsionadas no sentido de viabilizar o desenvolvimento nacional, que seria garantido através de uma aliança entre os diversos segmentos da sociedade, excluindo-se aí os grupos ligados ao interesses agroexportadores. Assim, embora seja possível apontar na política de Vargas um forte estímulo à industrialização do país, é importante considerar que as políticas observadas nesse período deram pouca atenção à distribuição das atividades entre as macrorregiões. Ao contrário, houve maior concentração de investimentos no eixo centro-sul (BAER et al, 1978). Esse padrão irá se estender até meados da década de 1960. Dessa forma, a concentração industrial observada em São Paulo passou a representar também uma nova divisão territorial do trabalho, que através de um “[...] movimento dialético destrói para concentrar e capta o excedente de outras ‘regiões’ para centralizar o capital” (OLIVEIRA, 1981, p. 76). Aqui não se trata meramente de uma região produtora que, por isso mesmo, se destaca economicamente. Para além desse fato, é importante perceber os efeitos perversos que essa concorrência acarreta nas demais áreas.

A política desenvolvimentista adotada por Juscelino Kubitschek buscava, através da integração regional, garantir o desenvolvimento econômico. Cruz (2006) destaca nesse momento a importância do capital estrangeiro para o novo modelo de industrialização então adotado. Assim, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

(Sudene) em 1959, pela Lei 3.692, embora fosse justificada pela necessidade de integrar o Nordeste à economia nacional, deve ser examinada com cuidadosa atenção.

Para se entender seus efeitos na economia nordestina, é necessário retomar a discussão realizada até aqui. Conforme dito anteriormente, é a partir do momento em que ocorre uma maior integração no território brasileiro – característica do processo de modernização – que se torna evidente uma desigualdade que até então não era percebida. Assim, a integração representa também uma hierarquização entre as regiões. Se se considerar que essa primeira integração teve efeitos perversos para algumas áreas do território brasileiro, então se constatará que a aceleração desse processo – que estava dentro do contexto de uma política desenvolvimentista – pode ser compreendida como um segundo golpe. De tal forma que “[...] a Sudene será um mecanismo de destruição acelerada da economia ‘regional nordestina’ no contexto do movimento de integração nacional mais amplo” (OLIVEIRA, 1981, p. 113). Vê-se, portanto, o resultado não homogêneo de uma integração nacional que acarretou o aprofundamento de uma desigualdade que já havia sido inaugurada com o processo de modernização da economia.

A partir de meados da década de 1960, é possível apontar para uma mudança na lógica que regia as relações entre as macrorregiões brasileiras, de tal forma que o modelo econômico-industrial concentrador que se observava até então é substituído por um processo de desconcentração que vai levar, em alguma medida, a uma diminuição da desigualdade regional. Segundo Rocha (1998, p. 2), para o período observado entre 1970 e 1985, “[...] há unanimidade quanto às tendências de convergência das rendas e, portanto, da redução da desigualdade regional”. Assim, alguns autores apontam uma desconcentração industrial nos anos 70. Novas áreas são incorporadas nesse processo, enquanto que as já existentes são apanhadas com um novo ímpeto (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Segundo Santos e Silveira (2006), a década de 1970 será particu-

larmente positiva para a Região Sul, cujo processo de industrialização reassume o crescimento, e para a Região Centro-Oeste, que se incorpora a essa dinâmica. Embora seja possível considerar que houve uma mudança na concentração espacial da indústria, é preciso estar atento para o fato de que “[...] os fenômenos de crescimento, às vezes registrados em algumas regiões deprimidas, não significam que as disparidades regionais estejam em vias de diminuição ou de absorção” (SANTOS, 1979, p. 235). Assim, embora reconheça que a “questão regional” foi atenuada, a autora é firme ao considerar que a pobreza no Nordeste estava longe de ser extinta (ARAÚJO, 2005).

Se, por um lado, durante a década de 1970, foi possível encontrar avanços no que tange à desigualdade entre as macrorregiões, por outro lado, a observação do período permite constatar que esse fenômeno é muito mais complexo do que uma simples concentração industrial. Assim, embora a desconcentração produtiva tenha impactado positivamente a economia regional, não foi o suficiente para superar padrões profundamente marcados na sociedade. De fato, quando se volta a atenção para a década de 1980, percebe-se que as mudanças observadas na década anterior não lograram homogeneizar o território brasileiro, ainda que, em alguma medida, tenham minimizado as desigualdades. É importante considerar a reconhecida dificuldade em acompanhar a desigualdade entre as macrorregiões a partir da década de 1970, devido ao fato de que a proximidade histórica não permite uma leitura mais completa de um fenômeno cujos efeitos se percebem em longo prazo (ROCHA, 1998). Ainda assim, autores reconhecem que a década de 1980 configura um período complexo, em que os níveis de desigualdade oscilaram, por vezes influenciados pela crise econômica que se abateu sobre o país no período, em outros momentos devido a especificidades regionais.

Rocha, ao analisar o Índice de Desigualdade na Pobreza, considera que, no ano de 1981, a desigualdade entre regiões brasileiras atingiu seu ponto

máximo. De fato, a autora reconhece que, nos anos em que a crise econômica característica do período atingiu seu auge, a desigualdade apresentou quedas devido ao empobrecimento das regiões mais ricas. A década de 1990 se encontra nessa mesma perspectiva de oscilação quanto ao nível de desigualdade. No entanto, Rocha (1998) considera que o ano de 1992 foi o mais crítico no que tange ao nível de renda e incidência de pobreza. A partir dos anos 1990, observa-se no Brasil o avanço de

profundas transformações que já se verificavam em escala mundial desde a década de 1970. Trata-se do esgotamento do modelo de Estado que até então foi a base de sustentação das economias nacionais e do desenvolvimento de um novo modo de operação da economia capitalista.

O enxugamento das economias e a maior integração dos mercados levaram ao colapso de um sistema que até então foi o sustentáculo da vida econômica e social dos países capitalistas. O aumento absoluto das taxas de desemprego e a substituição do trabalho formal pela informalidade de um mercado que em nenhuma medida garante a proteção do trabalhador são consequências desse novo momento. Dessa forma, a década de 1990 corresponde a um período complexo para se pensar a desigualdade regional. Assim, ao mesmo tempo se observa o processo de enxugamento do Estado – consequência do avanço neoliberal –, acompanhado por uma maior integração dos mercados – que justamente caracteriza a globalização. De fato, os autores não são unânimes ao discorrer sobre tais consequências.

Para Araújo (2005), a década de 1990 deve ser percebida como uma mudança em relação à postura governamental adotada em anos anteriores. Assim, a autora reconhece que “[...] o Estado desenvolvimentista, superavitário, patrocinador ou da desconcentração ou da concentração [industrial], dependendo do momento, perde essa capacidade” (ARAÚJO, 2005, p. 225). Nesse sentido, a autora acredita que não é possível apontar o Estado como um importante ator no desenvolvimento de políticas

regionais atualmente. Assim, embora ela reconheça que o desenvolvimento do Nordeste nas últimas décadas tenha sido consequência da forte atuação estatal (ARAÚJO, 1997), tem dificuldades de apontar as futuras tendências para o investimento público nas regiões.

Assim, não é possível observar um consenso na literatura acadêmica quanto ao efeito da globalização para as economias regionais. Dessa maneira, enquanto alguns autores acreditam que esse fenômeno viria a propiciar uma maior integração e, conseqüentemente, maior desenvolvimento das economias regionais mais atrasadas, outros defendem que esse processo tenderia a aprofundar desigualdades já existentes.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E PROTEÇÃO SOCIAL

A emergência dos programas de transferência de renda foi alvo de estudos e debates dos mais diferentes autores. Na verdade, se se pensar a transferência de renda como toda e qualquer destinação de recursos monetários feita do Estado para determinados segmentos populacionais, então é possível apontar já no século XVI experiências de tal natureza³. Não obstante, é fato que nunca tais programas desempenharam papel tão fundamental na rede de proteção social de tantos países como se observa no contexto atual.

Obviamente que essa nova emergência não deve ser analisada no atual contexto político e econômico. A chamada crise do capital observada a partir dos anos 1970 colocou em xeque a capacidade do Estado em assumir os custos pela expansão do capital e, como bem mencionou Wallerstein (2003, p. 65), representou também uma verdadeira crise ideológica que trouxe como consequência a "[...] perda da capacidade de fornecer legitimidade social para as estruturas estatais". Dessa maneira, segundo Ferreira (apud SPOSATI, 1997, p. 36), o

³ Antes de prosseguir, talvez seja interessante observar a diferença que se adotou entre renda mínima e transferência de renda. Sposati (1997) aponta uma tipificação de renda mínima que vai desde a definição do piso salarial para os trabalhadores até a renda mínima de inserção e o Imposto de Renda Negativo. Para o presente trabalho, a expressão transferência de renda e mesmo programas de renda mínima designam os modelos de programas sociais que se baseiam na transferência/complementação monetária.

programa de renda mínima não é somente um novo tipo de programa social; "[...] ele é um indicador das possibilidades do futuro do Estado social, em um contexto que não é mais de pleno emprego e onde a seguridade social está ameaçada pela precariedade das relações de trabalho".

No governo do presidente Lula, foi criado, em outubro de 2003, o programa de transferência de renda Bolsa Família

No Brasil, tem-se na proposta de uma renda incondicional a todos os brasileiros, feita por Eduardo Suplicy em 1991, a introdução do debate na agenda política nacional. As experiências observadas na década de 1990 serão particularmente percebidas nas esferas municipais (SPOSATI, 1997), o que é decorrente de outra característica que a política social assume no período: a descentralização e municipalização (ARRETCHE, 2002).

No governo do presidente Lula, foi criado, em outubro de 2003, o programa de transferência de renda Bolsa Família (PBF), ao qual caberia os audaciosos objetivos de superar as fragilidades e falhas observadas em ações anteriores, unificar os programas federais de renda mínima, evitando a duplicidade de benefícios, e, por fim, promover a segurança alimentar e nutricional da população pobre e extremamente pobre. Assim como outros programas de transferência de renda, o PBF exige o cumprimento de condicionalidades por parte dos beneficiários para a permanência no programa. Dessa forma, para famílias com filhos em idade escolar, é exigida a matrícula e frequência escolar, bem como a assistência pré-natal e neonatal e vacinação de crianças menores de sete anos.

Vê-se, portanto, um programa que será carro-chefe da política nacional no país se colocar em contextos que, embora muito precisos, se atravessam. Assim, o Bolsa Família, seguindo as tendências do período, baseia-se na transferência de renda com condicionalidades como forma de tentar romper com os chamados ciclos da pobreza e, fora isso, tem como característica marcante a descentralização com ênfase na gestão municipal.

Pensando tais especificidades dentro do contexto da desigualdade regional (tema abordado na primeira parte do presente trabalho), verifica-se que o

Bolsa Família será atravessado e influenciado por questões regionais, o que de fato já foi demonstrado através de inúmeros estudos. A seguir, algumas considerações sobre o Programa Bolsa Família no contexto da desigualdade observada entre as macro-regiões brasileiras.

PENSANDO O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS E OS IMPACTOS REGIONAIS OBSERVADOS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Embora não se tenha aqui a pretensão de apresentar os dados referentes à pesquisa que ouviu, em 53 municípios dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, mais de três mil famílias beneficiárias do Bolsa Família⁴, cabe fazer algumas reflexões que levam a perceber uma significativa desigualdade entre os beneficiários do programa, seja no que tange ao próprio perfil dos beneficiários, seja quanto ao impacto obtido pelo programa. Assim, verifica-se que, embora a trajetória dos beneficiários apresente aproximações – todos fazem parte de um grupo alvo de políticas sociais e se encontram inseridos em um programa de transferência de renda –, quando se analisam dados socioeconômicos ou mesmo se observa a avaliação que os beneficiários fazem do programa a partir da região onde moram, percebe-se que essa aproximação não é suficiente para tornar os dados homogêneos, o que resulta em uma nítida desigualdade.

Um campo que traz consideráveis questões de análises é o da educação. O Programa Bolsa Família apresenta como uma das contrapartidas para a concessão do benefício justamente a frequência escolar de crianças e jovens das famílias beneficiárias. Tal obrigatoriedade se justifica pelo objetivo do programa de romper com os chamados ciclos de pobreza. Essa característica já lança por si só duas reflexões.

Primeiramente, cabe destacar uma significativa diferença nos níveis educacionais da população assistida. Enquanto os beneficiários que residem no eixo centro-sul do país tendem a apresentar melhores níveis educacionais, o grupo que reside no eixo norte-nordeste inclina-se para desempenhos

⁴ Embora a análise de tais dados seja absolutamente relevante ao tema, escapa largamente ao espaço destinado à publicação de artigos. Assim, para o presente trabalho, nos valeremos apenas de algumas reflexões que o resultado da pesquisa possibilitou. Para a leitura completa, verificar Perroni (2009).

menos satisfatórios. Tal característica, de fato, repete uma tendência que se observa para o conjunto da população quando se observam os dados fornecidos por órgãos oficiais. Somado a isso, cabe destacar a própria diversidade na oferta de serviços na área da educação. Notadamente, merecem atenção os dilemas apresentados pela Região Norte, que apresenta municípios de difícil acesso e conta ainda com poucas famílias. Em tais localidades, não raro, a educação até o chamado ensino fundamental é realizada em uma só turma. No entanto, a partir do primeiro ano do ensino médio, a entrada de outras disciplinas na grade curricular torna impossível tal prática. Assim, como exigir que tais famílias matriculem seus filhos no ensino regular se a própria estrutura escolar de tais localidades impede um pleno acesso?

Outro ponto que merece destaque é a situação ocupacional do chefe das famílias beneficiárias. A pesquisa de 2006 revelou que, nas regiões que compõem o eixo centro-sul, há maior ocorrência de famílias cujo chefe se encontra empregado. No entanto, é interessante apontar que a ocorrência de desempregados é menos comum justamente nas regiões Norte e Nordeste. Tal configuração não deve ser lida com espanto, mas sim como consequência das atividades rurais na agricultura de subsistência e mesmo no extrativismo, notoriamente comuns nessas regiões. Assim, mesmo apresentando um menor percentual de famílias beneficiárias nas quais aquele que responde como chefe do domicílio esteja desempregado, tal situação não configura uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Outro dado que, porventura, pode ser erroneamente avaliado diz respeito à situação da moradia. A pesquisa procurou saber se as famílias beneficiárias residem em casas próprias, cedidas, alugadas ou outras situações. Os dados revelaram que a maioria dos entrevistados possui residência própria, o que, de acordo com Brandão (2004), está relacionado com uma característica habitacional observada nas camadas populares, nas quais é comum a construção da própria moradia. Isso se dá com o uso do tempo livre, ou seja, nos finais de semana ou mesmo após o horário de trabalho, e não raro conta com a ajuda de familiares e amigos. Ainda assim, é possível apontar uma maior ocorrência de

domicílios próprios nas regiões Norte e Nordeste, o que pode ser entendido como uma característica comum a áreas rurais – sendo, portanto, um fenômeno distinto daquele observado em áreas pobres onde é igualmente comum a construção das próprias moradias.

Novamente utiliza-se a análise de Brandão (2004), que, ao observar a pobreza urbana e suas manifestações, traz uma importante contribuição para se compreender a dimensão do fenômeno relatado. Segundo o autor,

nas áreas rurais, são comuns as autoconstruções das moradias, que vão passando de uma geração para a outra, que não apenas a ocupa, mas também refaz, amplia e reforma a casa que um dia foi construída por um avô, bisavô etc. Já nas áreas urbanas pobres, a autoconstrução da residência é uma característica daquele trabalhador que, não tendo onde morar e sem condições para pagar aluguel, consegue adquirir um terreno – seja por meio de posse, invasão ou mesmo pedindo dinheiro emprestado a amigos e familiares – e constrói a residência nos finais de semana ou mesmo à noite, na volta do trabalho. Aqui é importante destacar a presença de uma “solidariedade” entre amigos e familiares na construção da residência.

Após essas breves considerações no que tange ao perfil dos beneficiários, talvez seja interessante pensar nos impactos alcançados pelo Programa Bolsa Família. Se fosse possível analisar todos os dados e gráficos que a pesquisa forneceu, então se veria que em praticamente todas as regiões os alimentos passaram a durar mais, ou seja, houve uma queda do número de famílias cujo alimento acabava antes que houvesse a possibilidade de comprar mais⁵. Ainda assim, embora se tenha

⁵ A pesquisa realizada em 2006 buscou um corte temporal. Dessa maneira, as perguntas tiveram o intuito de levar as famílias a refletirem sobre a realidade antes do recebimento do benefício, de forma a possibilitar um confronto entre a situação anterior e posterior à entrada no programa. Assim, quando perguntados se antes de entrar no programa os alimentos costumavam acabar antes que houvesse dinheiro para comprar mais, nada menos do que 87,53% das famílias entrevistadas se reconheceram nessa situação. Esse é um valor extremamente alto e um dado muitíssimo importante, pois o fim dos alimentos antes da possibilidade de realizar novas compras significa a existência de uma situação de insegurança alimentar grave. Ao analisarem a situação após a inserção no programa, ou seja, após receber o benefício, 82,63% dos entrevistados afirmaram que os alimentos acabavam antes que houvesse a possibilidade de realizar novas compras. Assim, verifica-se uma queda de quase cinco pontos percentuais, o que, de acordo com Brandão, Da Dalt e Gouveia (2007, p. 108), “[...] o teste de χ^2 com 1 grau de liberdade e nível de 1% é altamente significativa, já que $\chi^2 = 28,4$ (χ^2 crítico = 6,67).

observado uma queda nas respostas de todas as regiões quanto ao fato de os alimentos acabarem antes que houvesse a possibilidade de realizar novas compras, uma análise mais detalhada permitiu perceber que essa queda foi mais acentuada nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Novamente utiliza-se a análise de Brandão, que, ao observar a pobreza urbana e suas manifestações, traz uma importante contribuição para se compreender a dimensão do fenômeno relatado

Assim, a Região Sul foi a que apresentou uma maior queda no percentual de respostas dos entrevistados que afirmaram que os alimentos acabavam antes que novas compras fossem realizadas. A segunda região que apresentou maior queda foi a Centro-Oeste, seguida pela Região Sudeste. Para a Região Nordeste, se antes do Bolsa Família 89,65% dos beneficiários afirmaram que os alimentos acabavam antes de novas compras, esse percentual caiu para 87,83%, o que representa uma redução de 1,82 pontos. Cabe destacar que, na Região Norte, 83,97% dos beneficiários afirmaram que o fim dos alimentos não coincide com a aquisição de novos gêneros alimentícios – o que representa uma queda de 4,63 pontos. Verifica-se, portanto, que as regiões Sul e Centro-Oeste foram aquelas em que o Bolsa Família trouxe melhor resultado quanto à durabilidade dos alimentos. Já a Região Nordeste foi a que apresentou o pior desempenho nesse quesito. Interessante destacar que, embora em quase todos os dados e indicadores o eixo centro-sul tenha apresentado um melhor desempenho no que tange aos resultados do programa, nessas localidades os alimentos tenderam a durar mais após a inserção no programa, da mesma forma como aumentou a variedade de alimentos consumidos. Ainda assim, esse melhor desempenho quando solicitamos que os beneficiários avaliem o impacto do programa em suas vidas e avaliamos as respostas a partir da região de domicílio. O quadro a seguir traz a síntese das respostas dos beneficiários.

A análise da avaliação que fazem os próprios beneficiários do Programa Bolsa Família por região do Brasil permite algumas interessantes considerações. A Região Norte foi aquela em que o programa foi mais bem avaliado, de forma que 93,56% dos entrevistados consideraram o Bolsa Família ótimo ou

No geral, como você avalia o Programa Bolsa Família?

	Região					Total
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	
Ótimo	32,56	32,33	46,03	43,23	38,83	38,61
Bom	51,00	52,33	45,20	50,33	49,33	49,63
Regular	13,12	12,50	8,44	5,61	9,17	9,76
Ruim	1,33	1,00	0,33	0,50	1,17	0,86
Péssimo	1,33	1,00	-	0,17	0,83	0,66
NS/NR	0,66	0,83	-	0,17	0,67	0,46

Fonte: DataUFF, 2006.

bom – tal padrão de resposta, na verdade, está em consonância com as respostas apresentadas pelos usuários quando avaliaram a alimentação após a inserção no programa. Na Região Centro-Oeste, 91,23% avaliaram o programa como bom ou ótimo. Já na Região Nordeste, a soma dessas respostas atingiu 88,17%. As regiões Sul e Sudeste foram as que apresentaram a pior avaliação – 84,67% dos beneficiários na Região Sul consideraram o programa ótimo ou bom, e 83,55% dos entrevistados na Região Sudeste avaliaram o Bolsa Família desta maneira. Quanto às respostas regular e ruim, foram mais mencionadas nas regiões Sudeste (14,45% no total) e Sul (13,50%). Já na Região Nordeste, 10,33% dos beneficiários definiram o Bolsa Família como ruim ou péssimo. Na Região Centro-Oeste, foram 8,77%, e na Região Norte, essas respostas foram menos mencionadas: 6,11%.

Conforme se percebe, ainda que as regiões do eixo centro-sul tenham apresentado, na maioria dos indicadores analisados, um melhor desempenho no que tange ao impacto obtido com o Programa Bolsa Família, é interessante perceber que essas regiões não necessariamente são as que apresentam as avaliações mais positivas do programa por parte dos beneficiários. De fato, tal característica pode ser percebida em pesquisas similares, nas quais beneficiários de ações, mesmo limitadas no que tange aos resultados e impactos, avaliam positivamente o programa. Essa característica é particularmente comum nos grupos sociais mais vulneráveis e que se encontram sistematicamente alijados da oferta de serviços públicos. Assim, esses indivíduos tendem a considerar boas quaisquer ações – ainda que de efeito limitado. Obviamente que essa é uma

característica que pode ou não ser observada; não é regra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, foram acompanhados dois temas que, embora à primeira vista pareçam distantes, na verdade se atravessam quando se analisa a tendência observada hoje na política de assistência social. A questão regional, conforme foi visto inicialmente, não é uma descoberta recente, e, de fato, é possível pensar que, em diversos momentos da histórica política brasileira, ela foi alvo de intervenções públicas. Ainda assim, é necessário reconhecer que tal problemática ainda mostra seus efeitos mais perversos quando se analisam indicadores socioeconômicos ou mesmo quando se pensa a economia e a forte dependência entre as regiões.

Como brilhantemente apontou Milton Santos (1982), o local onde uma pessoa vive pode condená-la a dois tipos de pobreza: a primeira – obviamente – diz respeito ao modelo econômico; a segunda se refere à pobreza própria daquele local, fazendo com que seus cidadãos sejam, nas palavras do autor, prisioneiros do lugar. Dessa forma, compreende-se que não apenas determinadas áreas deixaram de ser economicamente demandadas com a emergência da modernidade na sociedade brasileira, como também essa exclusão foi reeditada em diversos momentos da história nacional, seja pela ausência de ações governamentais, seja como um “efeito perverso” (SANTOS, 1989) de determinadas ações.

Em diversos momentos de nossa história, é possível apontar medidas que buscavam o desenvol-

vimento nacional como se este, por si só, pudesse dar conta dos desníveis econômicos. No entanto, ao desconsiderar a questão regional, bem como as especificidades de cada território, muitas das vezes tais medidas trouxeram resultados desastrosos para as pequenas economias locais. A essa história somam-se as tendências atualmente observadas na política de assistência social no país, a municipalização ocorrida a partir dos anos 90 do século XX e a tendência de criação de políticas redistributivas – nas quais o Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do país, ocupa lugar de destaque. É preciso reconhecer, portanto, que essas áreas de estudo se mostram muito próximas. Afinal, como mencionou Santos (1982), uma política de redistribuição que pretenda ser efetiva não pode prescindir da questão territorial.

Ao se lançarem considerações sobre o perfil dos beneficiários do Bolsa Família, constata-se que a questão regional interfere de maneira significativa em um programa de amplitude nacional. Assim, embora o Programa Bolsa Família destine-se à população pobre e extremamente pobre presente nos diversos territórios do país, verifica-se claramente um maior índice de vulnerabilidade nos beneficiários do eixo norte-nordeste. Essa tendência, na verdade, se encontra em acordo com os indicadores sociais oficiais, que, conforme já foi apontado, sugerem uma maior intensidade de pobreza nessas regiões. Da mesma forma, a avaliação do impacto do programa mostra que as regiões do eixo centro-sul apresentaram melhores desempenhos nos indicadores utilizados.

É um grave risco considerar as necessidades do país como um campo homogêneo. Sem a percepção das enormes diferenças regionais, corre-se o risco de reafirmar traços de desigualdade já históricos em nossa sociedade. Da mesma forma, caso seja verdade que a avaliação de programas sociais não pode desprezar a importância da diversidade regional em sua análise, é preciso que, antes disso, a elaboração e a implementação de tais experiências também deem igual importância a esse fator. Do contrário, haverá uma política nacional baseada nas necessidades de alguns, ao passo que as necessidades regionais poderão ser escondidas pela máscara de uma ingênua homogeneidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- ARAÚJO, T. B. Celso Furtado, o nordeste e a construção do Brasil. In: ALENCAR, J. S. J. (Org.). BIELSCHOWSKY, R. et al. *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.
- _____. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, 1997.
- ARRETICHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, set. 2002.
- BAER, W. et al. (Coord.). *Dimensões do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1978.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2002.
- BRANDÃO, A. A. P. *Miséria da periferia: desigualdades raciais na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- BRANDÃO, A.; DA DALT, S.; GOUVEIA, V. H. Segurança alimentar e nutricional entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. In: *Avaliação de políticas e programas do MDS – resultados: Bolsa Família Assistência Social*. Brasília, DF: MDS/SAGI, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, nov. 2004.
- _____. *Programa Bolsa Família: legislação e instruções*. Brasília: MDS, 2007. Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu superior/legislacao.
- CRUZ, M. V. Brasil nacional desenvolvimentista (1946-1964). In: LOMBARDI, J. C.; SAVANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). *Navegando pela história da educação brasileira*. Campinas, São Paulo: Graf. FÉ; HISTEDBR, 2006.
- MENDONÇA, S. R. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(l)igião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- REIS, E. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In: SCALON, C. *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.
- ROCHA, S. *Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ipea, 1998. (Texto para discussão, 567)
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1982.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

- SANTOS, W. G. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. *Política social e combate a pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- SOUZA, J. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- _____. Modernização periférica e naturalização da desigualdade: o caso brasileiro. In: SCALON, C. *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.

- TILLY, C. *La desigualdad persistente*. Buenos Aires: Manantial, 2000.
- VIANA, C. R. *Estratégia do Desenvolvimento Brasileiro (uma política nacionalista para vencer a atual crise econômica)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. DataUff. *Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família*. Niterói. Pesquisa realizada no Brasil em 2006.
- WALLERSTEIN, I. *Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um*. Petrópolis: Vozes, 2003.